

O CELPE-BRAS E OUTRAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS BRASILEIRAS PELA PROMOÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

*Tania Regina Martins Machado**

RESUMO:

Com a globalização, ganha destaque a língua na associação de países que buscam garantir melhorias econômicas e sociais. Ela pode garantir prestígio e poder, mas, da mesma forma que uma determinada língua pode valer mais que outras, seus falantes podem ganhar ou perder com isso. No intuito de explorar o valor econômico das línguas, tais países passam a investir em sua valorização e expansão. Propomos observar, neste artigo, como o Brasil participa desse novo contexto político e econômico, fazendo integrar no mundo o Português brasileiro como “Língua Transnacional”.

PALAVRAS-CHAVE: Valor econômico da língua. Políticas linguísticas. Português, língua transnacional

Considerações Iniciais

Na organização deste texto, buscamos compreender o processo de (re)organização dos países em grupos, aproximados pelo uso de uma língua em comum ou por tradições culturais vinculadas a ela. Verificamos nesse fenômeno que uma de suas características se dá pelo tratamento que esses grupos vêm dispensando a essas questões, pela busca em comum da valorização da língua, associando a ela bens da indústria cultural.

Procuramos, nesse sentido, verificar como o Brasil se insere nesse contexto internacionalizado, seja por sua participação no MERCOSUL, seja por sua atuação junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Para tanto, consideramos que o português é tido como uma língua “transcontinental” (conforme refere Simonetta Luz Afonso, presidente do INSTITUTO CAMÕES), dado ao fato de estar presente em muitos países da Europa, da África e da América por via das diásporas, não só portuguesas, mas também da Língua Portuguesa.

Assim, temos como objetivo compreender como se dá essa reconfi-

* Mestranda em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

guração mundial e quais implicações isso traz ao campo linguístico, bem como compreender o modo como atua o Brasil nesse novo período do mercado mundial. Para isso, recorreremos a outras áreas da Linguística, como a Sociolinguística e a autores que se dedicam a estudar tais questões, como José Del Valle e Laura Villa, além de Lía Varela e Jaime Otero, entre outros.

1 O CELPE-Bras e outras políticas linguísticas brasileiras pela promoção do português a partir de sua valorização econômica

Há alguns anos, o mercado mundial vem se consolidando como cenário de uma disputa política engendrada sobre os espaços que ocupam as mais diversas línguas existentes. A língua, desta forma, ganha valor econômico, como a moeda, e os dirigentes dessas comunidades falantes exploram suas potencialidades visando o lucro, o prestígio social, o maior poder de decisões etc. A década de 1960 serviu como marco para que essa problemática se transformasse em objeto de estudo, pois a observação das línguas como uma variável econômica passa a constituir um novo campo a ser investigado. Segundo Mariani:

Se as línguas podem a ser pensadas como uma variável econômica, seja por linguistas, seja por economistas, isso permite tomá-las como objeto de planejamento e decisões, um elemento a mais em cenários econômicos reais ou projetados, com custos e benefícios a serem calculados. (MARIANI, 2008, p. 2)

Essa autora salienta que pesquisas visando à compreensão das relações que a política estabelece com as línguas e com questões econômicas não são novas, tendo em conta a investigação da expansão linguística e do mercantilismo durante as navegações. Sobre tal problemática, seus pesquisadores destacam que, além da bandeira e da língua, eram levadas aos territórios conquistados uma moeda e uma forma de negociar. Entretanto, Mariani (2008) se dedica a problematizar a formulação de discursos sobre a língua como variável econômica no ambiente acadêmico e na mídia, pois crê que podem gerar um debate ou a disseminação, a repetição e a naturalização de certa direção de sentidos para tal expressão.

A pesquisadora destaca ainda que os países, ex-colônias, devem ter maior atenção na receptividade de tais discursos, pois estes podem funcionar como uma nova maneira de silenciar outros discursos – aqueles que reto-

mam, criticamente, a historicidade da hegemonia das línguas de colonização. Neste sentido, questiona:

E, considerando que não há língua sem os sujeitos que a falam, atribuir valores econômicos para as línguas não seria também determinar o valor de uma sociedade e o valor dos falantes, tanto no caso de língua materna quanto no caso de se tratar de segunda língua?¹ (MARIANI, 2008, p. 3)

A problemática levantada pela linguista reflete o momento atual de reorganização geopolítica, influenciada por inúmeros fatores, tais como a tecnologia dos meios de produção; as migrações internas; o alto custo da mão de obra; a competitividade dos produtos, etc. Neste contexto, chamado de 3ª ordem mundial, a divisão do mundo é reorganizada, o mercado obedece ao modelo globalizado e os países passaram a associar-se em blocos econômicos para potencializar suas forças na competição por espaços políticos e econômicos. Este é o fenômeno da globalização, que permite a seus integrantes realizar contatos comerciais, culturais, financeiros e tecnológicos em nível mundial. Mas, sob a organização em blocos econômicos para garantir melhores condições de negociação durante a concorrência comercial, um fator é de extrema relevância, a língua.

O processo de globalização tende a centralizar os elementos envolvidos na formação de um mercado mundial único, como a língua e a moeda – a exemplo disto temos a criação do Euro como moeda oficial para os países que compõem a União Europeia. Já em relação à língua, “além da menção da necessidade de uma língua única, menciona-se também o fato de já estar em curso uma ‘comunicação global’ com o predominante uso da língua inglesa.” (MARIANI, 2008, p. 10). Em resposta a esta centralização na língua inglesa, que confere mais poder aos Estados Unidos, os outros países desenvolvem uma estratégia – unir-se globalmente, mas visando a ações locais, ou seja, valorizam as línguas locais para garantir seu espaço econômico e linguístico.

Com este pensamento, podemos citar aqui alguns exemplos de esforços pela defesa e/ou aumento de espaços linguísticos, como a francofonia, a hispanofonia e a lusofonia. O primeiro diz respeito ao movimento de pre-

¹ Língua Materna (LM) é a língua cujos falantes a praticam devido à sociedade em que nasce praticar. Segundo Guimarães (2005) – em *Brasil: país multilíngue*, Língua Segunda (L2) é a língua materna de uma comunidade aprendida por falantes de outras línguas que integram a mesma comunidade.

servação do francês frente à hegemonia do inglês em organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). O segundo corresponde, em grande medida, ao trabalho desenvolvido pelo Instituto Cervantes juntamente com a Real Academia Española (RAE), que visa à preservação e à expansão do espanhol no mundo. Por último, a lusofonia – que em nosso trabalho merece a maior atenção² –, movimento por meio do qual Portugal investe no aumento do número de falantes da língua portuguesa, sobretudo em suas ex-colônias, e através do qual o Brasil vem construindo mecanismos para a promoção e expansão do português brasileiro (como o CELPE-Bras – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros).

Com a promoção das línguas, multiplicam-se as ações realizadas entre parcerias internacionais pelo intercâmbio linguístico, cultural e econômico. Neste contexto, torna-se relevante a verificação de como o português vem sendo integrado a esse comércio linguístico, mas, sobretudo, como o Brasil vem agindo para que sua variante ocupe aí um lugar de maior destaque.

2 O português: a língua transcontinental e sua inserção no mercado mundial

Impõe-se, para a configuração de nosso trabalho, tratar de forma mais aprofundada do caso da lusofonia. A partir da reflexão sobre esse conceito, Rocha-Trindade (1998), a então diretora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Internacionais (CEMRI), ligado à Universidade Aberta de Lisboa (UAb), procura delinear sua significação:

Compreende os falantes da língua, seja ela materna, oficial ou estrangeira; os espaços onde se situam e, por extensão, os eventualmente não lusófonos que os habitem; os países soberanos onde essa língua é predominante e, bem assim, as comunidades minoritárias que se reclamam do Português, ou da correspondente cultura, ou de uma ancestralidade, conhecida ou simplesmente provável, que com Portugal esteja relacionada. (ROCHA-TRINDADE, 1998, p. 43).

Conforme é possível constatar com a concepção apresentada pela professora, percebemos que a questão da lusofonia é um tema complexo, pois envolve países diferentes, constituídos de modos diferentes em épocas

² Para aprofundar o conhecimento sobre as ações pela Lusofonia, ver o site do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP): www.iilp-cplp.cv/

diferentes e que também projetam um futuro de acordo com o modo que se percebem. É certo que os países que se mobilizaram na CPLP por possuírem língua oficial portuguesa e alguns aspectos culturais em comum, objetivavam alcançar um desenvolvimento econômico, político e social integrado.

Entretanto, a aposta para vencer as dificuldades econômicas, políticas e sociais reside exatamente no trato com a língua, pois passa a ser objeto de promoção de um grupo de países. A valorização do português é apoiada na indústria cultural, dado o seu poder de atingir o maior número de pessoas. Tal estratégia corresponde à criação conjunta de políticas públicas como forma de amenizar a dependência das potências mundiais, seja na área de segurança ou de economia. O então Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior reconhece as dificuldades de reunir países com realidades tão diversas na busca pelo desenvolvimento e melhor colocação no cenário mundial, mas aposta na língua e na cultura portuguesa para o fortalecimento da lusofonia e a conseqüente melhoria social e econômica dos países que a compõem:

A língua é o elemento quantitativa e qualitativamente mais importante desta complexa relação, mas a cultura corresponde ao denominador mais abrangente de todas as comunidades portuguesas, descendentes de portugueses, ou filiados nos valores portugueses. (MOREIRA, 1998, p. 13).

A meta empreendida pela CPLP ao estimular a lusofonia é de proporcionar o desenvolvimento político e econômico aos países que a integram. Embora ela seja de difícil concretização – pois para tanto, seus integrantes devem superar inúmeros desafios intrínsecos a essa união –, conforme foi exposto acima, esses países apostam na cultura, ou melhor, no mercado cultural para atingir tal realização. Focalizam seus esforços, desta forma, em países de comunidades de língua portuguesa, de descendentes de portugueses em que a língua mantém traços do português e de comunidades que mantêm traços da cultura portuguesa, mas cuja língua materna é outra. Moreira (1998, p.17) cita também o movimento empreendido pela França, país que “faz da língua uma bandeira dos tempos modernos, convocando e exigindo aos servidores do Estado que defendam o estatuto internacional do francês”. O que significa que o Estado francês se mobiliza pelo fortalecimento da francofonia, para que esta contrarie o predomínio do inglês nas organizações internacionais. E considera que tal fato constitui um exemplo significativo e passível de ser seguido por Portugal.

A respeito da lusofonia, Moreira recorda que o estabelecimento de uma política mais eficiente para assegurar o lugar do português entre as línguas das grandes potências é algo necessário. Pois, sem tal mobilização, na organização de unidades multinacionais, a língua portuguesa continuará a ser excluída. Bom exemplo disso percebemos na criação das forças multinacionais de intervenções humanitárias e de manutenção da paz, Euromarfor (forças marítimas) e a Eurofor (forças terrestres), criadas em 1995 pelo Conselho Ministerial da UEO (União da Europa Ocidental). Em sua formação essas forças tomaram o espanhol, o francês e o italiano como línguas de trabalho, sendo que o português ficou fora desse grupo.

Casos como esses, em que a língua portuguesa fica fora dos acontecimentos, fizeram despertar nos países de comunidade lusófona o entendimento da necessidade de apoiarem-se na busca da solução de inúmeros problemas, entre eles, o da valorização da língua portuguesa no cenário internacional. Assim, ao se unirem, conforme Moreira,

O grupo linguístico destes Estados ganha significado e peso em todos os organismos internacionais em que o modelo de assembleia tem de funcionar: são os casos da ONU, das organizações especializadas como a UNESCO, a OMS, a FAO, o BIT, porque é ali que os pequenos Estados demonstram que o número tem algum significado nos mecanismos democráticos de decisão, e que a participação na mesma língua soma, ao número dos Estados, a autoridade dos valores em que inevitavelmente participam. (MOREIRA, 1998, p. 24).

Encontramos, na colocação deste professor português, além de um dos mais importantes objetivos da organização da CPLP – que é fortalecer-se com a união para obter representatividade nas organizações internacionais – a importância dos números neste contexto. Haja vista que, se a soma dos países garante maior representatividade nessas organizações, correlativamente será a representação do Brasil a de maior peso entre os países lusófonos, pois possui quase 190 milhões de falantes de português. Certamente, não só esse motivo pesa para que o Brasil tome a frente nas negociações. Entretanto, isso nos dá indícios de uma tensão na disputa por lugares políticos em organizações mundiais, além do mais, nos faz perceber que dentro da CPLP também há um conflito dessa natureza. A respeito disso, Santilli (1998, p. 30) “Considera a explosão demográfica brasileira e os decorrentes milhões de falantes do Português” e afirma: “hoje somos os maiores legatários da língua portuguesa, no tempo.”

Ao abordar a problemática do papel do Brasil na lusofonia, essa professora coloca que nesta relação estão envolvidos sete países, interligados, não só pela língua, mas pela herança de um patrimônio cultural comum, “a do enraizamento cultural ou do lastro da cultura europeia comum e das forças que o alimentam ou o preservarão entre os povos politicamente descolonizados” (SANTILLI, 1998, p. 26). Assim, sempre há, na perspectiva do Brasil em relação a Portugal, uma busca pela emancipação, embora politicamente estabilizada, com a independência do Brasil e com a separação dos Estados português e brasileiro. Mas os laços históricos, linguísticos e culturais geram discursos que fazem emergir a antiga relação colônia *versus* metrópole. O Brasil, no entanto, busca superar essa situação, para tanto procura delinear sua própria identidade.

O início da mobilização nacional brasileira em busca de sua identidade se deu, marcadamente, com o Modernismo. Neste movimento literário do início do século XX, Mario de Andrade buscou marcar, definitivamente, a diferença do Brasil em relação a Portugal. De modo que:

A imagem da Antropofagia prestava-se a significar o reentendimento da ingestão de culturas(s) forasteiras(s), ingestão tão humana quanto fora sua procedência. Mas uma ingestão que, portanto, se reconhecia e do que se pretendia digerir: Ou como substância, no processo *ad hoc* de metamorfoses culturais. (SANTILLI, 1998, p. 26).

Segundo a autora, o ano de 1922 merece destaque na constituição da identidade brasileira, pois nele os modernistas brasileiros vivenciam as celebrações do centenário da independência do Brasil. Destacando que “Comemorar, em 1922, também se traduzia por transgredir, desenhando a outridade que se queria patentear” (SANTILLI, 1998, p. 27). Da mesma forma que o Brasil, cada país que compõe a CPLP busca, no entanto, definir a si próprio, através da diversidade de Portugal.

Mas a configuração da identidade não deixa de passar pela língua e pelas relações de poder implicadas nela, conforme o que foi exposto por Rocha-Trindade. A autora se refere às soberanias, quando eram exercidas pela força, quando dominar a língua do colonizador era uma condição necessária para o reconhecimento de direitos individuais ou coletivos. Isto nos dá um direcionamento para a compreensão do papel da língua quando estão em jogo relações de poder. A respeito disso, trazemos sua reflexão:

Como primeiro meio de comunicação no seio dos grupos humanos,

a língua é, necessariamente, o principal veículo de exercício do poder, seja este imposto pela força, aceito como legítimo ou recomendado por interesses fundamentais ou colaterais. (ROCHA-TRINDADE, 1998, p. 39).

A partir da colocação feita por ela, identificamos na política da lusofonia a busca pela comunicação através do uso da língua portuguesa, por sua difusão para um número cada vez maior de falantes. Isso, progressivamente, agregaria mais valor à língua e lhe daria maior força e poder de representatividade em organismos internacionais. Da mesma forma, o país que detiver maior poder sobre a gestão da língua portuguesa, necessariamente será o de maior representatividade no cenário internacional. Voltamos, então, à questão que gera impasse entre Brasil e Portugal: a gestão do português como língua estrangeira.

3 O exemplo da hispanofonia e do Instituto Cervantes

Conforme observamos na seção anterior, na Europa há a influência da francofonia que incide sobre o pensamento sobre a lusofonia por parte de Portugal (MOREIRA, 1998). Na América do Sul verificamos a atuação da hispanofonia, influenciando diretamente o Brasil em sua política pela lusofonia. Para tanto, podemos considerar a investida do Instituto Cervantes no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul – bloco econômico integrado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela).

As relações linguísticas e comerciais com a Espanha não são devidas a um coincidente interesse pela língua espanhola no Brasil. Mas, sim, ao resultado do trabalho empreendido pelo Estado espanhol pela promoção de sua língua como produto de consumo no país, buscando nele a conquista de clientes para seus produtos. Também é reflexo disso o fato de que nos últimos anos nos tornamos um dos maiores parceiros econômicos da Espanha, na América Latina.³ O trecho abaixo é representativo para ilustrar essa situação:

(...) uno de los mercados penetrados por la punta de lanza de la len-

³ Período (leia-se última década do séc. XX e primeira do séc. XXI) em que o investimento do capital espanhol faz com que a Espanha seja o segundo investidor estrangeiro em nosso país, após os Estados Unidos. Atualmente, inúmeras companhias espanholas como Endesa, BBVA, Telefónica, entre outras, são geradoras de emprego no Brasil.

gua espanhola es precisamente Brasil. El interés de las agencias españolas de política lingüística por este país se inscribe en el contexto generado por el crecimiento económico de España a partir de finales de los ochenta, la liberalización de las economías latinoamericanas en los noventa y la consecuente expansión de empresas españolas (especialmente de los sectores energéticos, financiero, de telecomunicaciones y editorial) por una Latinoamérica que se abría a las inversiones internacionales. (DEL VALLE; VILLA, 2005, p. 204).

Relacionado a esse momento econômico da Espanha está a criação do Instituto Cervantes, em 1991, como uma política linguística do governo espanhol direcionada à promoção da língua espanhola no mundo. Como estratégia para isso, ou seja, para desenvolver a hispanofonia, juntamente com a RAE, este Instituto tem se dedicado a fortalecer a imagem pública dessa língua, e, conforme apontam Del Valle e Villa, tal ação é estruturada sobre quatro noções:

(...) primero, el español es una lengua de encuentro que sirve como modo de expresión a múltiples culturas y que simboliza el espíritu de concordia democrática; segundo, el español es una lengua con peso y en expansión; tercero, su aceptación como lengua común del mundo hispánico permite abrazar los ideales del internacionalismo y superar las perniciosas lealtades atávicas del etnicismo y el nacionalismo; y cuarto, el español es una lengua útil y rentable y su conocimiento puede constituir un valioso recurso económico para quien lo posea (...). (DEL VALLE; VILLA, 2005, p. 200).

Assim, é construída e apresentada por este instituto uma imagem moderna para a língua espanhola, uma língua comum para as várias culturas que formam esse país, de prestígio internacional, que se lança para o futuro como uma língua democrática e que é capaz de promover as expressões culturais de todos os falantes de espanhol. Desta forma, a Espanha reconhece a variedade da língua e da cultura espanhola, mas reserva para si o encargo de administrá-las. A respeito disso, Del Valle e Villa (2005, p. 200) comentam: “Como podemos apreciar, el Cervantes ha aportado también su grano de arena a la consolidación de la unidad panhispánica al erigirse en promotor de las expresiones culturales de ambos lados del Atlántico”. Ou seja, tais autores mostram como a língua é tomada como um produto de valor econômico dado o seu consumo. E que, com a indústria cultural, com a circulação e com a valorização dos seus produtos num determinado mercado, esse país é beneficiado.

Assim, observando-se as estratégias para a valorização da língua es-

panhola, fica mais fácil compreender a atuação do Instituto Cervantes junto ao governo brasileiro. Através de suas políticas econômicas e linguísticas, busca agir no mercado brasileiro, onde pretende conquistar consumidores para essa língua. É representativa a atuação da Espanha no modo de gerir os negócios estabelecidos a partir da divulgação da língua espanhola, ou seja, explora seu produto linguístico associado à cultura e ao turismo. De tal forma, incorpora valor econômico à imagem pública do espanhol. Essa língua passa, então, a ser um produto, uma marca da Espanha. Conforme é possível compreender pelas palavras do linguista espanhol e professor da Universidad Autónoma de Madrid:

Respecto a la imagen del español, está claro que los procesos de globalización, de mundialización, le han ido dando una importancia creciente al concepto de “Estado marca”. La imagen de los países está cada vez más asociada a determinados productos, y la lengua es uno de ellos. Esto lo han comprendido muchos países, en los que existen distintas instituciones dedicadas a promover en el mundo su “marca”. (LODARES, 2004, s/p).

O modo de entrada da política linguística espanhola no Brasil se dá principalmente pelo MERCOSUL, que tem como línguas oficiais o português, o espanhol e o guarani. A assinatura do acordo, em 1991, aumenta a demanda local pelo ensino/aprendizagem das línguas envolvidas. No entanto, embora o Brasil integre o Mercado Comum do Sul juntamente com os países hispanofalantes anteriormente apresentados, estabelece acordos com a Espanha para adquirir materiais didáticos para o ensino de espanhol como língua estrangeira, além de contatar o Cervantes para formação de professores de espanhol no Brasil. É relevante considerar a forma como expandem a hispanofonia, pois na economia espanhola, tais relações comerciais estabelecidas sobre o comércio linguístico ganham um componente a mais – a empresa do turismo:

El deseo de aprender español por parte de los estudiantes brasileños y la necesidad de realizar cursos de formación y perfeccionamiento en enseñanza de ELE de los profesionales del campo vendrán de perlas para el desarrollo de otro importante sector industrial español, el del turismo. (DEL VALLE; VILLA, 2005, p. 213).

Para esse empreendimento, a Espanha apoia o comércio linguístico em outros produtos, ou seja, tem, por exemplo, a indústria do turismo asso-

ciada ao valor econômico da língua. Conta com o apoio, além disso, de empresas multinacionais, que funcionam como associados dessa indústria cultural, como a do grupo Santander, que atua como parceiro do Instituto Cervantes na promoção da língua através do patrocínio de atividades esportivas e culturais.

Portanto, é relevante observar o empreendimento do governo espanhol, através do Instituto Cervantes e da Real Academia Española, devido à clara influência do caso espanhol no investimento do Brasil na expansão do português brasileiro para outros países, ou seja, na conduta que assume em apresentar a variante brasileira na difusão da lusofonia. Assim, seguindo os passos da Espanha, o Brasil passa a explorar o valor econômico do português brasileiro, associando a essa língua outros bens simbólicos que circulam no exterior e que podem agregar valor à variante brasileira, como seus recursos naturais, a cultura e o esporte.

Na mesma direção, a CPLP tem discutido e apresentado projetos que no chamado conjunto dos países lusófonos pensa a promoção da língua nesta perspectiva de valor econômico. No tocante ao Brasil, muitas ações foram e estão sendo realizadas pela consolidação do português como língua transnacional (ZOPPI-FONTANA, 2007). Entretanto, há que se considerar que ações empreendidas unilateralmente pelo Brasil beneficiam, em maior grau, a promoção da variante do português brasileiro.

4 A construção de uma política linguística ibero-americana

Consonante com o que apresentamos anteriormente, a efetivação de uma política linguística do português como valor econômico é facilitada pela união de diferentes forças por um objetivo comum, o de elevar o prestígio internacional e garantir seu lugar entre as línguas das entidades representativas das nações. Neste sentido, Varela e Otero (2005) consideram que a cooperação propicia a projeção das bases para uma política linguística ibero-americana, dada a criação da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB). Esta organização visa ao fortalecimento do português e do espanhol; para tanto, coloca em foco a questão do ensino e a valorização de seus aspectos culturais. Segundo esses autores, até a criação da secretaria, a comunidade ibero-americana não havia encontrado mecanismos de decisão e gestão direcionadas a atingir objetivos linguísticos comuns, bem como o desenvolvimento local. A respeito disso, acrescentam que

El establecimiento de la SEGIB, que entre sus funciones deberá hacerse cargo de los programas de la cooperación iberoamericana, coordinar los diferentes organismos iberoamericanos, y contribuir a la proyección internacional de la Comunidad Iberoamericana, abre nuevas posibilidades de desarrollar una política lingüística iberoamericana, o al menos de dar un nuevo impulso a la cooperación iberoamericana en materia de lenguas. (VARELA; OTERO, 2005, p. 2)

Para esses autores, essas iniciativas vão se institucionalizando, o que foi sendo conquistado com as sucessivas reuniões presidenciais, ganhando assim respaldo político, maior visibilidade e maior capacidade de impacto. A respeito da SEGIB, eles comentam:

En el proceso que estamos analizando se ven emerger los esbozos de una política lingüística supranacional original: a diferencia de otros bloques lingüístico-culturales como el de la Francofonía, los contornos de la región iberoamericana quedan definidos por dos grandes lenguas policéntricas, cuya cercanía genética, geográfica y cultural invita a poner en práctica las más variadas formas de intercomprensión y cooperación. (VARELA; OTERO, 2005, p. 4)

Desta forma, consideram o investimento desses países na expansão de seus vernáculos como uma política lingüística inovadora, supranacional, que se diferencia do exemplo francês dado a sua composição, por duas línguas “policêntricas”: o português e o espanhol. Além disso, apontam a expectativa de especialistas em política lingüística, graças a sua intervenção em diferentes campos:

[...] el corpus de la lengua (las decisiones que afectan la "materia" lingüística: elaboración de la norma, producción de gramáticas y diccionarios); el status de la lengua (decisiones acerca de su estatuto jurídico, defensa o promoción de sus funciones sociales o institucionales, etc.) y la adquisición de la lengua (decisiones referidas a su enseñanza). En los tres campos se pueden señalar avances que resultan del trabajo en cooperación; algunos de ellos son notorios pero se limitan respectivamente a las áreas del portugués y el español, y en particular, en este último caso, a lo relativo al corpus de la lengua. (VARELA; OTERO, 2005, p. 5)

Com a internacionalização do mercado editorial, muitos setores do mercado lingüístico encontram problemas em comum e passam a associar-se em busca de soluções práticas. Neste contexto, Varela e Otero (2005, p. 4) opinam que “Cabría esperar entonces una iniciativa similar a la del Instituto

Cervantes en el ámbito del idioma portugués.”. Ou seja, referem-se à criação, pelo Cervantes, de um exame denominado Sistema de Certificação Internacional de Domínio do Espanhol como Língua Estrangeira. Esse certificado abrange as variedades linguísticas dos países hispanofalantes, estabelece critérios de qualidade e exigências acadêmicas comuns e facilita a coexistência dos diferentes instrumentos de certificação em uso nos países ibero-americanos, bem como o mútuo reconhecimento deles por parte das instituições.

Seguindo essa linha de apoio mútuo, uma ação pela cooperação entre os países lusófonos pôde ser visualizada no empenho do governo brasileiro pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Até 2008, o português era a única língua que admitia dupla grafia, e a busca por sua aprovação entre os países integrantes da CPLP foi dirigida pelo Brasil desde 1990. Gera questionamentos, no entanto, o fato de Portugal ser um dos últimos países a aceitar a assinatura, o que, possivelmente, tratava-se de uma tentativa de assegurar sob seu poder a detenção das decisões sobre a língua.

Mas os países de fala portuguesa demonstram um avanço neste sentido, com a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)⁴, que, a partir de 1989, atua para atingir os objetivos da CPLP. Este instituto se dedica a atuar, principalmente, sobre questões de *status* e aquisição do português, conforme consta em seu site oficial:

O IILP tem como objetivos fundamentais a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais. (IILP, 2010).

Entretanto, se observarmos alguns fatores, torna-se viável a compreensão dos impasses na consolidação da lusofonia: primeiro, Portugal, diferentemente da Espanha, foi responsável por difundir sua Língua pelos quatro continentes; segundo, os países africanos têm a língua portuguesa como oficial, mas há várias línguas autóctones no continente africano que continuam sendo faladas pela população; por último, o Brasil pode tornar-se uma potência da língua portuguesa, pois detém o maior número de falantes (180, dos aproximadamente 204 milhões de falantes lusófonos) – o que faz do

⁴ A ideia inicial da criação do IILP surgiu do então Presidente da República do Brasil, José Sarney (<http://www.iilpcplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=54>).

português a oitava língua mais falada do planeta. Corroborar para este entendimento, a colocação de Oliveira e Dornelles (2007, p. 1): “Quando se trata de idear políticas linguísticas específicas, sin embargo, surgen conflictos de intereses, sobre todo entre Brasil y Portugal, ya que los países africanos y Timor Oriental ocupan una posición modesta en la gestión del portugués.”

Além disso, especulações em torno do Acordo Ortográfico firmado entre os países da CPLP levantam a polêmica de que a pressão exercida pelo Brasil por sua assinatura consistia num investimento no mercado linguístico do português. A finalidade residira, sobretudo, sobre a venda de materiais didáticos de editoras brasileiras aos países da comunidade de língua portuguesa. Dão testemunho disso, as palavras do escritor, Vasco Moura:

A adoção do Acordo redundará em total benefício do Brasil. Os PALOP e Timor ficarão completamente dependentes da edição e das indústrias culturais brasileiras. E isso virá a acontecer em Portugal. No resto do mundo, o Acordo não fará aumentar numa só página a quantidade de peças traduzidas, numa só pessoa o número de estudantes ou falantes da língua e num só fórum internacional a utilização dela. (MOURA, 2008, s/p).

A opinião desse escritor português reflete a insegurança de Portugal frente ao avanço da entrada da variante brasileira em locais em que antes a variante portuguesa era hegemônica, particularmente, na África. No entanto, mesmo em Portugal, o Brasil encontrou apoio em seu intento pela unificação da grafia do português, focalizando a expansão do português como língua estrangeira (PLE). Tal receptividade foi confirmada com a assinatura do acordo em 2008, como também nas palavras do Reitor da Universidade Aberta de Lisboa (UAb):

Os traumas antibrasileiros são intoleráveis e absurdos. (...) Torna-se absolutamente necessário que a equação do Acordo seja equacionada não apenas de dentro para dentro (como fazem alguns em Portugal), mas sobretudo de dentro para fora (...), pensando o português em função do mundo mais amplo do que o país que lhe deu origem. (REIS, 2009, s/p).

No entanto, além do apoio à assinatura do acordo, a partir da colocação do Reitor da UAb, podemos traçar algumas considerações que estão inter-relacionadas nessa questão linguística e que caracterizam a política linguística desenvolvida sobretudo por Brasil e Portugal: a) o Brasil foi o

grande agente na busca pela assinatura do documento que previa a unificação da escrita; b) alguns dos envolvidos com a questão linguística em Portugal se ressentem com a ação brasileira; c) tradicionalmente, Portugal pensa apenas no português como língua materna e d) ao assinar o Acordo, Portugal concorda em se aliar ao Brasil pela expansão do português como língua estrangeira.

Tratando particularmente das ações brasileiras, uma das medidas que contribuem para estimular o desenvolvimento econômico dos países da CPLP, como também dos países que integram o MERCOSUL, e que está associado ao uso do português brasileiro, são os intercâmbios acadêmicos. Como medida para sistematização e avaliação desse ensino, foi elaborado o CELPE-Bras, pois para reconhecer o diploma do estrangeiro, o governo brasileiro exige a comprovação do domínio de uso da variante do Brasil, com a realização desse Exame.

No tocante, tanto ao Brasil, quanto a Portugal, Oliveira e Dornelles (2007, p. 2) mostram o modo de organização desses países pela política do português como LE:

A partir del final de la década de los 80, las preocupaciones de Brasil y Portugal se centraron en la expansión del portugués como lengua extranjera. Portugal respondió a esta demanda a través del Instituto Camões, que fue creado en 1992, vinculado al Ministerio de Educación, pero cuya tutela pasó al Ministerio de Asuntos Exteriores portugués (MNE) en 1994. En Brasil, la función de promover la lengua portuguesa y la cultura brasileña internacionalmente corresponde al Departamento Cultural del Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE) o a las diversas acciones del propio Ministerio de Educación brasileño (MEC).

Verificamos, dessa forma, que, desde os anos 1980, os dois países vêm se mobilizando pela promoção do português em território estrangeiro. Recordamos a criação da CPLP e do IILP, também, entre as décadas de 1980 e 1990. Formando parte desse mesmo movimento, desde a década de 1990 há o intenso desenvolvimento, no Brasil, da área de ensino/aprendizagem de português (LE). Esse processo foi motivado, sobretudo, pelo crescente número de intercâmbios econômicos, culturais e científicos do Brasil com outros países e pela procura maior por cursos de graduação e de pós-graduação no país. Pois, para terem reconhecidos seus diplomas, esses intercambistas devem comprovar o domínio da língua portuguesa do Brasil. Tal realidade pode ser confirmada e melhor ilustrada por Júdice

(2005, p.7), que nesta passagem nos dá um panorama geral da situação no país:

No Brasil, dão testemunho desse crescimento iniciativas como a elaboração de um exame nacional de proficiência, a criação de uma associação de profissionais desse campo de estudos, a realização de eventos, a publicação de coletâneas e de materiais didáticos e ainda a oferta de disciplinas e/ou cursos voltados para a formação de professores de português para estrangeiros.

A partir da situação apresentada pela professora, constatamos que várias realizações foram empreendidas na área do português para estrangeiros, uma delas foi a certificação brasileira do português do Brasil, o CELPE-Bras – exame que certifica o domínio dessa língua e que permite ao intercambista ter seu diploma reconhecido pelo Estado brasileiro. O início de desenvolvimento foi em 1993, quando o MEC fez os primeiros esforços para sua elaboração. Já no ano seguinte foi instituída uma Comissão Permanente do Exame. Após a realização de um teste-piloto, verificaram-se resultados positivos. Desde 1998, então, o CELPE-Bras vem sendo aplicado semestralmente no Brasil, em 20 instituições públicas de ensino superior, e em mais 39 postos credenciados no exterior, em 28 países. Já no tocante a Portugal, em 1999 o Instituto Camões, o Departamento de Educação Básica e a Universidade de Lisboa reconheceram a criação do exame denominado Sistema de Avaliação e Certificação do Português como Língua Estrangeira.

Considerações finais

É reconhecido como o início do processo de globalização o final da Segunda Guerra Mundial, quando países se uniram para facilitar o intercâmbio econômico, político, cultural e social. Mas é relevante considerar que, para que qualquer um desses tipos de relações ocorra, é necessária a comunicação; daí a ocorrência do intercâmbio linguístico juntamente com todos os outros enumerados. Assim, o trato com a língua é mais uma questão que deve ser atendida pelos diversos países.

Interpelados por essa demanda, os países periféricos, a exemplo dos de representação política e econômica mais expressiva, passaram a se associar em blocos regionais. Neste sentido, conforme explorado neste texto, o Brasil integrou-se economicamente ao MERCOSUL, além disso, vem agindo em parceria com outros países pela consolidação da lusofonia e pelo

estabelecimento de políticas linguísticas ibero-americanas – sob influência do Instituto Cervantes e do governo Espanhol.

Dentre as iniciativas brasileiras, é perceptível o esforço pela difusão do português como língua estrangeira, o que pode agregar valor ao país e lhe garantir representatividade junto a entidades internacionais. No entanto, embora o país apresente avanços nas iniciativas pela valorização do português, administra mal a disputa com Portugal pela determinação das resoluções sobre a língua portuguesa (OLIVEIRA; DORNELLES, 2007) e pela administração do mercado do português como uma ‘língua transnacional’ (ZOPPI-FONTANA, 2007).

A respeito disso, consideramos que neste momento histórico e social, em que todos buscam apoio nas organizações multilaterais para o crescimento e fortalecimento mútuo, Brasil e Portugal buscam superar a antiga questão de colônia *versus* metrópole, conforme a exposição da seção 2. Isto porque compreendem que a associação é necessária para garantir maior poder de representatividade e prestígio. Pois, se não superam tal situação – devida, sobretudo, ao desejo de garantir a maior parcela dos benefícios políticos associados à língua –, não conseguem direcionar seus esforços para figurar entre países com maior alcance de decisões em organizações mundiais.

THE CELPE-BRAS AND OTHER BRAZILIAN LINGUISTICS POLICIES FOR PROMOTION OF BRAZILIAN PORTUGUESE

ABSTRACT:

With the globalization, the language gains prominence in association of countries that seek to ensure economic and social improvements. The language can guarantee prestige and power, but of same way that a particular language can assert more than other, their speakers may gain or lose with it. In intention of exploit the economic value of languages, those countries are investing in their valorization and expansion. We propose to observe, in this article, as the Brazil participates in this new political and economic context, integrating in the world the Brazilian Portuguese as a "Transnational Language".

KEYWORDS: Economic value of language. Linguistics policies. Portuguese, transnational Language.

Referências

AFONSO, Simonetta L. O marketing como instrumento de difusão da Língua Portuguesa. INSTITUTO CAMÕES. N° 123. *Suplemento do JL*, n° 977, ano XXVIII. 12 de Março de 2008. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/encarte-jl/o-marketing-como-instrumento-de-difusao-da-lingua-portuguesa.html>>. Acesso em: 25/05/2010.

DEL VALLE, José. VILLA, Laura. *Lenguas, Naciones y Multinacionales: las políticas de promoción del Español en Brasil*. In: *Revista da ABRALIN*, n. 1 e 2, v. 4, p. 197-230, dez. 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. *Brasil: país multilíngue. (Apresentação) Revista Ciência e Cultura*. *Línguas do Brasil*, n. 2, v. 57, São Paulo, abr./jun., 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a14v57n2.pdf> Acesso em: 15/06/10.

JÚDICE, Norimar. Introdução. In: _____. et al. (org.). *Ensino da língua e da cultura do Brasil para Estrangeiros*. Niterói: Intertexto, 2005.

LODARES, Juan Ramón. La imagen de la lengua española según Juan Ramón Lodares [21 de dezembro de 2004.] Majadahonda (Madrid): *Cuaderno de lengua: crônicas personales del idioma español*, n. 34. Entrevista concedida a DENIS, Victoriano Colodrón. La imagen de la lengua española según Juan Ramón Lodares. Disponível em: <<http://cuadernodelengua.com/cuaderno34.htm>>. Acessado em 13/05/2010.

MARIANI, Bethania. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e linguísticas. *Revista Encontros de Vista, s/l. Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Linguagem (NIEL)*, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2009.

MOREIRA, Adriano. Temas da Lusofonia. *Discursos: Lusofonia: uma história, um projecto, uma questão*. Coimbra: Universidade Aberta, n. 15, p. 13-24, abr., 1998.

MOURA, Vasco G. Acordo Ortográfico: A Perspectiva do Desastre. AUDIÇÃO PARLAMENTAR SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República. Lisboa: 7 de Abril de 2008. Disponível em: <<http://ciberduvidas.sapo.pt/controversias.php?rid=1675>>. Acesso em: 10/05/2010.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; DORNELLES, Clara. Políticas Internacionales del Portugués. *Real Instituto Elcano*. Área: Lengua y Cultura. ARI, n. 135/2007. Artigo publicado em 28/12/2007. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WC_M_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari135-2007>. Acesso em: 28/04/2010.

REIS, Carlos. Acordo Ortográfico: para além de Portugal. *Ciber dúvidas da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.pt/controversias.php?rid=1674>>. Acesso em: 10/05/2009.

ROCHA-TRINDADE, Maria B. O espaço da Lusofonia: migrações e diálogo intercultural. *Discursos: lusofonia: uma história, um projecto, uma questão*. Coimbra: Universidade Aberta, n. 15, p. 37-48, abr., 1998.

SANTILLI, Maria A. O papel do Brasil na Lusofonia. *Discursos: lusofonia: uma história, um projecto, uma questão*. Coimbra: Universidade Aberta, n. 15, p. 25-36, abr., 1998.

VARELA, Lía. OTERO, Jaime. Hacia una política lingüística iberoamericana. *Real Instituto Elcano*. (Artigo publicado em 02/12/2005). Disponível em: <<http://nuevamayoria.com/ES/ANALISIS/instituciones/051226.html>>. Acesso em: 28/04/2010.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. A Língua brasileira no MERCOSUL. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 10. 2007 *Actas 1...* Santiago de Cuba: Centro de Linguística Aplicada, 2007. p. 1316-1321.